

Cada vez mais será missão do arquiteto e urbanista atuar em contextos consolidados. O século XXI presencia os maiores índices urbanos já registrados, assim como um crescimento exponencial de população, área construída e artefatos humanos. Lidar com **responsabilidade sobre tal contexto** demonstra-se como uma premissa básica para o cidadão que deseja fazer parte de uma sociedade ativa, proativa e ciente das condicionantes de seu entorno. O objeto deste concurso arquitetônico é uma sutil oportunidade de aplicar os tópicos que se associam a essa perspectiva orientada e cautelosa, tão necessária não somente aos profissionais do âmbito da construção civil, mas à sociedade como um todo.

Em paralelo, é possível identificar através destes chamamentos públicos, um **movimento de institucionalização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil**, buscando ser uma entidade presente na sociedade não somente pelos profissionais que representa, mas também fisicamente, abrigo-se em edifícios existentes, trazendo novas dinâmicas a cenários já estabelecidos. Um desejo de apresentar-se para os cidadãos como um bastião de um campo do conhecimento e a égide daqueles que tem como objeto profissional a intervenção no território. Há, portanto, como semente de uma ideia para a proposta a ser apresentada, uma **combinação de dois fatores: sustentabilidade na paisagem construída e institucionalização de um jovem conselho**. Em um contexto de desterritorialização e autonomia das dinâmicas humanas em relação ao espaço, provenientes de uma ubiquidade tecnológica digitalizada e **contactless**, toda oportunidade de pensar um objeto como possível local do encontro e da manifestação cívica demonstra-se irresistível a esse sujeito que cultiva essa perspectiva orientada e cautelosa.

A proposta de reforma do edifício sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina tem como partido **três operações** que buscam conciliar o objeto arquitetônico a essas ideias. A primeira operação é de **recuos estratégicos de planos do prédio existente** (fig.1), visando dialogar com a cidade e sua população. Ocorrendo em distintos níveis e propiciando diferentes possibilidades de interação, é um movimento que "enxuga" área construída e libera vazios. Na cobertura, estes serão terraços mirantes. No primeiro pavimento, serão mezaninos de uso dinâmico. No térreo, sua consequência principal, um retorno à cidade, promovendo um espaço para que ela própria possa ocorrer, uma espécie de contrapartida do projeto - **a Praça do CAU**. É uma operação que visa tanto à sustentabilidade da paisagem, com elementos drenantes e vazios verdejantes, e à presença institucional do conselho com este elemento básico à vitalidade urbana, que é a praça.

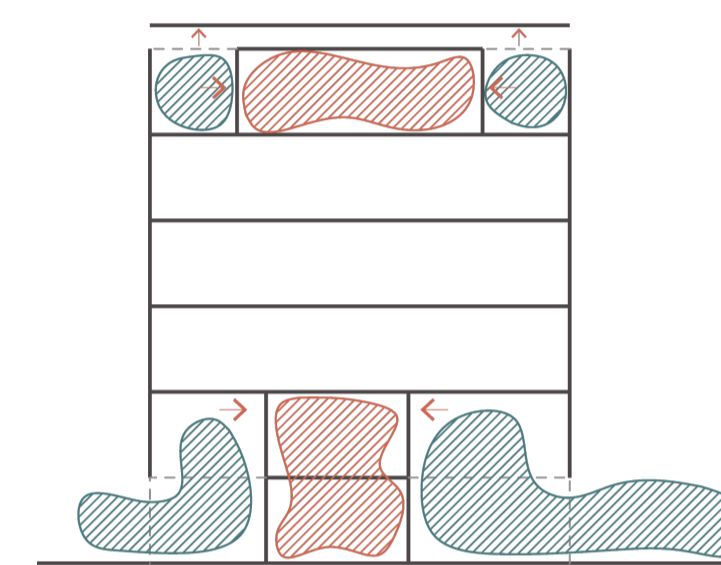


fig. 01

A segunda operação é de **linguagem**. Como já apresentado tão bem em região ultramarina por Kevin Lynch (1960), e em território nacional por Marisa Barda (2009), a paisagem construída comunica-se com seus usuários através de suas linhas e fisionomia. Os elementos básicos de cada edificação e até da cidade como um todo compõe o acervo imagético da população, proporcionando identidade e orientação espacial. Saber identificar esses elementos em um contexto consolidado de intervenção é uma das habilidades que precisam ser cultivadas nos profissionais que desenham artefatos habitáveis. As linhas de inspiração deste edifício, em uma primeira interpretação, são resultado de uma tipologia clássica do ocidente - a arcada greco-romana. Formas tão próximas ao imaginário popular que, descartá-las ou subjuguá-las, seria contraproducente e inapropriado, especialmente em um edifício de caráter institucional que deseja se apresentar à sociedade como entidade madura e atuante. Qual melhor maneira de realizar essa penetração no consciente coletivo que não com elementos já previamente estabelecidos? Portanto aqui **assume-se essas linhas** (fig.2), valorizando a fachada pré-existente com intervenções cirúrgicas e precisas, restaurando-a, assim como também suas esquadrias, em todos os lados.

Visando atender quesitos técnicos contemporâneos de segurança edifica, parte da fachada frontal é suprimida para abrigar uma nova escada, apresentando-se como elemento de destaque e leveza formal. A compartimentação desta nova transposição é garantida por uma parede-cortina de concreto que separa o novo do antigo, o combustível do ignifugo, e ajuda a estruturar toda porção frontal do prédio. Posteriormente, nesta mesma operação, aprimora-se o existente com elementos de conforto térmico e visual, uma vez que tal fachada é norte, de maior incidência solar. Estes seriam **brises-soleil** de solução construtiva leve e acessível, jardineiras e bandeiras opacas. Finalmente, adota-se a pauta da fachada arcada, assim como seus elementos, na conformação da nova cobertura no quinto pavimento. Esta também se distancia do prédio, semelhante aos recuos na operação anterior, gerando um ambiente arejado, de pé-direito elevado e destacando-se como o coroamento próprio de uma edificação que considera até a "quinta fachada" como plano de apropriação, um movimento à **Ilé Miralles** e seu **Mercat de Santa Caterina**. Os novos elementos de esquadria, a nova escada e cobertura, **apresentam todos em uníssono a cor do conselho**, um verde-água escuro que se assemelha tão bem a uma cidade subtropical e litorânea, como Florianópolis, misturando céu, montanha e mar, cuja coincidência é tão feliz que ignorá-la também seria fator de imprudência.

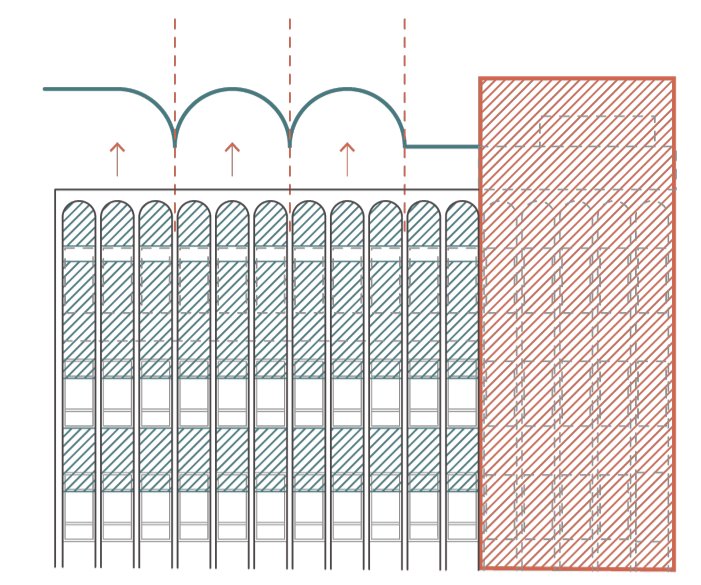


fig. 02

Por fim, a terceira operação, proveniente do design e da plasticidade formal: a **rotação virtual do plano da edificação** (fig.3). Virtual pois não é gerada fisicamente pelo todo, mas empiricamente por suas partes - componentes de piso, teto, parede, transposição e paisagismo, promovendo a sensação de algo distinto do existente, porém ordenado ao mesmo. Algo que se descola e ao mesmo tempo se associa. Esta rotação condiciona todo o uso da edificação. Neste movimento são gerados eixos diagonais que encerram as quinas do quadrado existente, liberando-as para seus distintos usos - os jardins, a praça, as transposições e áreas técnicas e molhadas. A porção central, destina-se à única ação possível, o encontro institucional, a união cívica de diferentes pessoas com um mesmo fim, o espaço aparentemente vazio e livre de condicionantes programáticas, logo, o mais democrático.

Esses eixos diagonais, porém, não são limitadores espaciais literalmente. Como explicitado anteriormente, conformam planos de percepção não tão óbvios. Por consequência, seus limites podem ser perpassados pelos componentes supracitados, diluindo o externo e interno, o dentro e o fora. Acabamentos externos infiltram-se na interioridade da edificação, assim como também os usos e a natureza espacial - público e semipúblico, aberto e fechado, coberto e descoberto. O acesso à edificação se dá por meio desta instabilidade de campos limitantes, a diluição se dá até no elemento mais básico que se apresenta como conector em um plano fechado: a porta. Aqui, este elemento é um plano deslizável, configurando diversas possibilidades conforme as necessidades, ora mais aberto, ora mais fechado, porém nunca encerrada de modo único e previsível. Virtualmente, não há portas de acesso. Não há uma maçaneta a ser girada. É uma simples continuidade do percurso de um transeunte que pretende adentrar a Praça do CAU, que, gradativamente, encontrar-se-á internamente no edifício. É o **CAU sem portas**, aberto à sociedade.

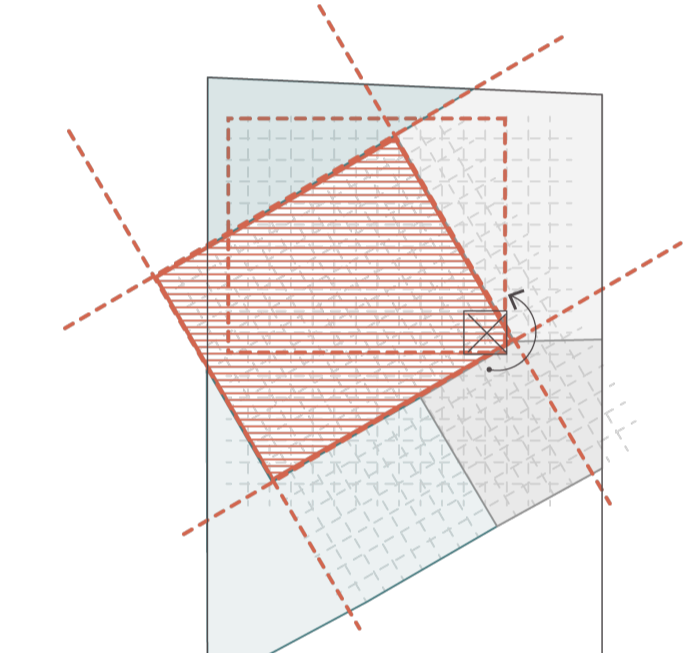


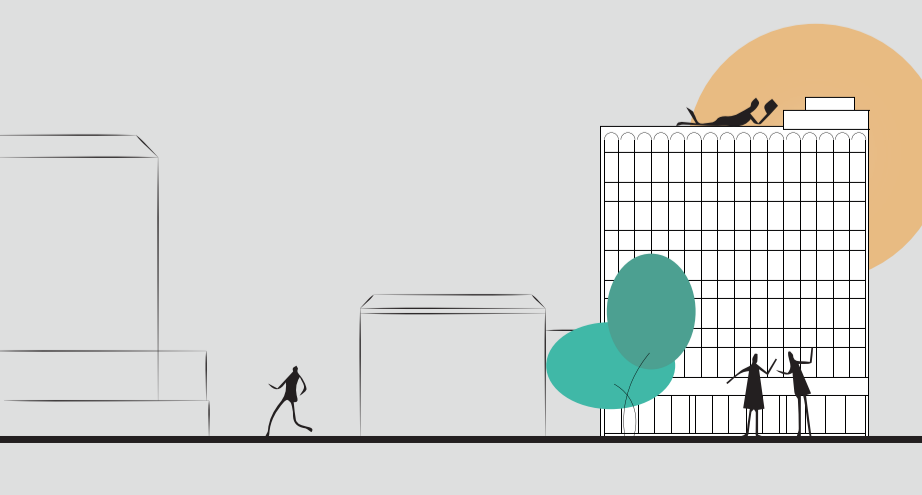
fig. 03

Complementando a flexibilidade espacial, diferentes formas de layout são possíveis nos pavimentos de intervenção através do uso de **mobiliário leve, modular e contemporâneo**. No térreo, todo pavimento pode ser utilizado para um evento, contando com um depósito de área considerável para armazenamento desses. O pavimento-mezanino, que contém o espaço do arquiteto, conta com bancadas próprias ao trabalho colaborativo e um ambiente de estar descomplicado e informal, recebendo desde o cafezinho com um fornecedor, até o trabalho mais concentrado. No terraço-cobertura, há divisórias retráteis e caixilhos piso-teto, promovendo a mesma integração espacial testemunhada no térreo, agora em um local que pode receber plenárias, eventos corporativos, aulas, seminários e até festas e celebrações.

A reforma do edifício sede do Conselho de Santa Catarina reflete uma **postura contemporânea e cívica**, com seus limites difusos, usos flexíveis, e espaços para o encontro espontâneo e programado. Tudo permeado por incluições específicas, sem ornamentação excessiva e elementos dispensáveis. O plano é holístico e contém somente o necessário, visando economia dos meios e facilidade em sua prévia interpretação, presente recepção e futura consolidação.



cena 01 - entardecer de outono com o prédio em pleno funcionamento



CONCURSO
NOVA SEDE CAU/SC



PRANCHA

01 / 04